



VARIA

## Problemas na Escrita da História de Angola: O caso dos escravos abrazeirados em Moçâmedes nos meados do século XIX

*Problems in Writing the History of Angola: The Case of Brazilianized Slaves in Moçâmedes in the Mid-19th Century*

*Problemas al escribir la historia de Angola: El caso de los esclavos brasilizados en Moçâmedes a mediados del siglo XIX*

José C. Curto<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0001-9867-2937](https://orcid.org/0000-0001-9867-2937)  
[jccurto@yorku.ca](mailto:jccurto@yorku.ca)

**Recebido em:** 10 jun. 2026.

**Aprovado em:** 23 jul. 2026.

**Publicado em:** 14 out. 2026.

**Resumo:** Este artigo examina as persistentes falhas metodológicas na historiografia de Angola através de uma crítica detalhada da afirmação amplamente repetida de que “escravos abrazeirados” acompanharam colonos luso-brasileiros a Moçâmedes em 1849-1850 e moldaram as origens do grupo social Mbali e da sua arte funerária. Utilizando este caso como exemplo de como não escrever a história de Angola, o autor reconstrói a genealogia desta narrativa e demonstra como hipóteses especulativas, citações incorrectas e provas inventadas adquiriram gradualmente o estatuto de consenso historiográfico. O estudo acompanha a afirmação desde publicações académicas recentes e jornalismo cultural, passando por plataformas digitais e obras secundárias anteriores, até à sua origem em afirmações sem fontes documentais de Gilberto Freyre na década de 1950, enraizadas na ideologia lusotropicalista. O autor mostra que fontes primárias importantes — principalmente um relato de viagem português anónimo de 1861 — foram sistematicamente deturpadas ou citadas falsamente. Uma análise cuidadosa dos registos de arquivo, incluindo listas de passageiros, registos de passaportes, correspondência colonial e censos populacionais, revela que apenas dois indivíduos escravizados chegaram de Pernambuco em 1849, e que apenas um deles poderia ser plausivelmente descrito como “abrazeirado”. O seu número e funções eram demasiado limitados para terem influenciado a cultura ou as práticas funerárias de Mbali. Em contraste, a força de trabalho no início de Moçâmedes era composta principalmente por africanos escravizados e ex-escravizados adquiridos em Angola, onde os preços dos escravizados eram significativamente mais baixos do que no Brasil. O artigo conclui que a narrativa dos “escravos abrazeirados” em Moçâmedes é uma construção historiográfica sustentada pela autoridade académica, pela repetição e pelo apelo ideológico.

**Palavras-chave:** História de Angola; Pernambuco; Moçâmedes; escravos abrazeirados; Mbali.

**Abstract:** This article examines persistent methodological failures in the historiography of Angola through a detailed critique of the widely repeated claim that Brazilianized slaves accompanied Luso-Brazilian settlers to Moçâmedes in 1849-1850 and shaped the origins of the Mbali social group and its funerary art. Using this case as an example of how Angolan history should not be written, the author reconstructs the genealogy of this narrative and demonstrates how speculative hypotheses, misquotations, and invented evidence have gradually acquired the status of historiographical consensus. The study traces the claim from recent academic publications and cultural journalism back through earlier secondary works to its ultimate origin in unsourced assertions by Gilberto Freyre in the 1950s, rooted in luso-tropicalist ideology rather than documentary evidence. The author shows that key primary sources—most notably an anonymous Portuguese travel account from 1861—have been systematically misrepresented.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

<sup>1</sup> Departamento de História, York University, Canadá.

ted or falsely cited. Careful re-examination of archival records, including passenger lists, passport registers, colonial correspondence, and population censuses, reveals that only two enslaved individuals arrived from Pernambuco in 1849, and that only one of them could plausibly be described as "Brazilianized". Their number and occupational roles were far too limited to have influenced Mbali culture or funerary practices. By contrast, the labor force in early Moçâmedes consisted primarily of enslaved and formerly enslaved Africans acquired locally, where slave prices were significantly lower than in Brazil. The article concludes that the narrative of Brazilianized slaves in Moçâmedes is a historiographical fabrication sustained by academic authority, repetition, and ideological appeal.

**Keywords:** Angolan History; Pernambuco; Moçâmedes; Brazilianized slaves; Mbali.

**Resumen:** Este artículo examina las persistentes deficiencias metodológicas en la historiografía angoleña mediante una crítica detallada de la afirmación, ampliamente repetida, de que «esclavos brasileños» acompañaron a los colonos luso-brasileños a Moçâmedes entre 1849 y 1850 y moldearon los orígenes del grupo social Mbali y su arte funerario. Utilizando este caso como ejemplo de cómo no se debe escribir la historia de Angola, el autor reconstruye la genealogía de esta narrativa y demuestra cómo las hipótesis especulativas, las citas incorrectas y las pruebas fabricadas adquirieron gradualmente el estatus de consenso historiográfico. El estudio rastrea la afirmación desde publicaciones académicas recientes y periodismo cultural, pasando por plataformas digitales y obras secundarias anteriores, hasta su origen en afirmaciones infundadas de Gilberto Freyre en la década de 1950, arraigadas en la ideología lusotropicalista. El autor muestra que importantes fuentes primarias —principalmente un relato de viaje portugués anónimo de 1861— fueron sistemáticamente tergiversadas o citadas erróneamente. Un análisis minucioso de los registros de archivo, incluyendo listas de pasajeros, registros de pasaportes, correspondencia colonial y censos de población, revela que solo dos personas esclavizadas llegaron de Pernambuco en 1849, y que solo una de ellas podría describirse plausiblemente como "brasileñada". Su número y funciones fueron demasiado limitados como para haber influido en la cultura o las prácticas funerarias de Mbali. En contraste, la fuerza laboral inicial en Moçâmedes estaba compuesta principalmente por africanos esclavizados y anteriormente esclavizados adquiridos en Angola,

donde los precios de las personas esclavizadas eran significativamente más bajos que en Brasil. El artículo concluye que la narrativa de los "esclavos brasileños" en Moçâmedes es una construcción historiográfica sostenida por la autoridad académica, la repetición y el atractivo ideológico.

**Palabras clave:** Historia de Angola; Pernambuco; Moçâmedes; esclavos brasileños; Mbali.

Todas as historiografias, independentemente do espaço disciplinar, geográfico ou temporal em análise, são afetadas por vários problemas. No caso do passado de Angola, não é assim tão difícil de encontrar infelicidades, erros ou mesmo falsificações em trabalhos produzidos por especialistas de diferentes níveis. Uma dessas infelicidades é encontrada em alunos na pós-graduação tentando alcançar seus objetivos por meios excessivamente zelosos: um cita, em um de seus primeiros trabalhos, acadêmicos consagrados sem, todavia, pensar no que está citando, como se tudo publicado por universitários eruditos correspondesse necessariamente à realidade<sup>2</sup>; um outro impõe uma designação colonial a uma zona que nunca a teve esse significado, transformando Catumbela em 1797 de área fornecedora de produtos agrícolas para as necessidades alimentares de Benguela também em presídio (posto administrativo-militar no interior) (Salas, 2019, p. 55)<sup>3</sup>; um terceiro vai ainda mais longe, falsificando bibliografias para que se ajustem a discussões que simplesmente inventa<sup>4</sup>. Na tentativa de publicar seu primeiro livro o mais rápido possível sem prestar a devida atenção ao detalhe que tal empreendimento exige, o historiador recém formado também pode cair em

<sup>2</sup> Ver o caso da origem do Capitão José Fortunato da Costa, que governou Benguela durante 2 meses em 1841. Ferreira (2013, p. 688) identificou este indivíduo como "militar local". Tal informação foi subsequentemente reproduzida, sem questionamento, em Gonçalves (2017, p. 21). No entanto, o Capitão José Fortunato da Costa não tinha nada de local: nasceu a 24 de outubro de 1800 e onze dias depois, foi batizado na paróquia de Freguesia de Santa Maria de Olivais, então fora das muralhas de Lisboa. Chegou a Angola no final de 1839, passando anteriormente algum tempo em São Tomé: Curto (2021, p. 129-147); Curto (2023b, p. 97-141).

<sup>3</sup> Dois anos mais tarde, Salas (2021, p. 26) refere-se simplesmente a Catumbela como um local onde os portugueses construíram um forte. No final do século XVIII, como dantes e depois, o único presídio existiu no interior de Benguela - Caconda. A este respeito ver: Thornton (2020, p. 259-263, 297, 340); Vansina (1966, p. 185-189).

<sup>4</sup> Lopes de Oliveira (2025) se deu ao trabalho de inventar vários trabalhos de (pelo menos) 2 historiadores largamente reconhecidos como especialistas da história de Angola. Com efeito, Vanessa S. Oliveira é apontada como tendo: submetido uma tese de doutoramento na Universidade de Ottawa em 2013 com o título de "O fazer-se historiadora entre Luanda e Lisboa: fontes, metodologias e narrativas"; publicado na revista *Slavery & Abolition* (n. 37, p. 116-134, 2016), um artigo intitulado "Church and Slavery in Colonial Luanda: Baptisms, Marriages, and the Making of Atlantic Kinships (c.1790-1830)"; e publicado um livro com a Ohio University Press em 2021 sob o título de *Slave Trade and Abolition in the Atlantic World: Luanda, Angola, c. 1780-1860*. Invenções similares são encontradas em referência a José C. Curto e Aparna Desai. Estes autores (o segundo não existe!) são listados como tendo publicado 2 artigos em coautoria: "Moçâmedes, Angola: Uma Análise da População a partir de Registros de Batismo, Casamento e Óbito, 1850-1890". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, 2019; "The Early Demography of Moçâmedes (1839-1869)". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, p. 11-46, jul./dez. 2019. Todavia, qualquer historiador de Angola que se preze reconhece depressa que nenhum desses títulos existem: é desconcertante que nem o orientador desta tese nem a banca

infelidades semelhantes<sup>5</sup>. E historiadores mais experientes não escapam a tais “lapsos”: um, no auge de sua carreira, altera dados históricos para melhor valorizar seu argumento<sup>6</sup>; outro, acadêmico de certo renome, definiu recentemente presídios no interior de Luanda como “prisões”, sentido que o termo sempre teve no Brasil, mas que não tem nada a ver com a instituição do mesmo nome em Angola (Subtil, 2022, p. 138); até eu também caí numa dessas armadilhas, adotando inicialmente (sem crítica alguma) o significado brasileiro do forro como equivalente à sua existência em Angola<sup>7</sup>. Estes exemplos de infelidades, erros, e falsificações na historiografia de Angola não são tão isolados nem limitados no seu alcance como se poderia pensar. Outros poderiam ser aqui adicionados.

Nesta contribuição, porém, quero destacar, em particular, um caso que apresenta uma linhagem simultaneamente longa e persistente num trecho da historiografia sobre Angola: o dos supostos “escravos abasileirados” chegados a Moçâmedes em meados do século XIX. O meu objetivo é simples na formulação, mas metodologicamente exigente na execução: demonstrar, a partir de um único exemplo, como não reconstruir ou escrever a história de Angola. Para tal, retraço a genealogia desta narrativa, seguindo-a desde a sua formulação inicial até às suas reaparições mais recentes em trabalhos académicos e in-

tervenções públicas. Ao longo desse percurso, mostro como hipóteses frágeis, extrapolações especulativas e citações incorretas podem, com o tempo, consolidar-se como verdades aparentemente consensuais. Evidencio igualmente a forma como erros factuais se reproduzem por via da autoridade académica, frequentemente sem qualquer verificação direta das fontes primárias. Argumento que este tipo de falha não resulta apenas de descuido individual, mas de práticas historiográficas que privilegiam narrativas sedutoras em detrimento da crítica documental rigorosa. Sustento ainda que a circulação destas ideias não se limita ao meio académico, mas estende-se também à imprensa, à divulgação cultural e às plataformas digitais. Neste processo, a distinção entre conjectura, interpretação e evidência empírica tende a esbater-se perigosamente. O caso em análise ilustra, assim, como a história de Angola, neste exemplo anterior a 1900, continua vulnerável a distorções ancoradas em agendas intelectuais e ideológicas posteriores aos acontecimentos estudados. Além de corrigir um erro historiográfico específico, esta análise pretende sublinhar a necessidade de um compromisso ético e metodológico com a crítica das fontes e com a responsabilidade pública do ofício do historiador.

No final de 2023, ao folhear um dos jornais publicados em Luanda, deparei-me com a seguinte

examinadora tenham percebido tal falsificação e os problemas que ela acarreta para as secções pertinentes no dito trabalho. Aliás a revista *Afro-Ásia*, publicação importante e de há muito no domínio público, nunca iria publicar 2 artigos, presumivelmente escritos pelos mesmos autores, no mesmo número/ano!

<sup>5</sup> Em seu primeiro livro, Candido (2011, p. 84) afirma que Alexandre José Botelho de Vasconcelos, cujo (segundo) governo de Benguela se iniciou no fim de maio de 1796, faleceu em 1800, terminando assim o seu mandato. A versão portuguesa deste trabalho (Candido, 2011) repete a mesma informação. Todavia, nem numa ou outra versão, a autora apresenta prova do referido falecimento. E por boa razão! Botelho de Vasconcelos não morreu em 1800: Ver Delgado, 1940, p. 25-39. Depois de seu segundo termo como governador de Benguela findo, no princípio de 1800, regressou à sua terra natal, Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Feitos Findos, Justificações de Nobreza, mc. 1, n.º 14, Autos de Justificação de Nobreza de Alexandre José Botelho de Vasconcelos, 1828, PT/TT/CCVC/004/0001/00014; Matta (1998, p. 13-24). Alexandre José Botelho de Vasconcelos deixou 2 filhas em Luanda, onde integraram a elite luso-africana. Uma delas, Dona Máxima Leonor Botelho de Vasconcelos, tornar-se-á em proprietária importante de escravizados. Ver, a esse respeito: Abrahão (2024, p. 159-163); Oliveira (2016, p. 116-117, 240-241, 252, 274).

<sup>6</sup> Miller (1988, p. 161 – nota 44), na tentativa de enfatizar a existência do “grande número de mulheres na população angolana durante o tráfico de escravos” no interior de Luanda, apresenta como prova um documento do final do século XVIII (que ele classifica como “inquérito detalhado, distrito a distrito”), para afirmar que os padrões de sexo rondavam 91,5/100 na faixa etária jovem e 36,9/100 na categoria dos adultos. Mas tal padrão não se encontra no referido documento. Efetivamente, a proporção entre os sexos na faixa etária dos 7 aos 14/15 anos era relativamente igual, de 103,0/100: foi esse o padrão no presídio de Ambaca, o mais populado da região em foco, enquanto no presídio de Cambambe foi ligeiramente inferior (102,6/100), e no distrito de Calumbo ligeiramente superior (103,1/100). Por outro lado, no caso da componente mais reprodutiva e produtiva da população da região, a proporção sexual situava-se nos 62,9/100. Mais uma vez, o presídio de Ambaca refletia essencialmente esse padrão, com 62,5/100, enquanto o distrito de Calumbo apresentava um índice pouco mais baixo (61,7/100), e o presídio de Pungo Andongo um índice mais elevado (65,0/100). Em suma, no final do século XVIII, as exigências populacionais do tráfico atlântico de escravos tinham conduzido, efetivamente, à existência de um grande número de mulheres férteis em relação aos homens ao longo do vale inferior do rio Kwanza. Todavia, a proporção não era assim tão extrema como sugerido por Miller: Curto (2018). Para outros problemas no livro do Miller, considerado como seu *magno opus*, ver Candido (2022).

<sup>7</sup> Comparar a utilização do termo forro em Curto (2020b, p. 373-393) com Curto (2025a, p. 59-91).

legenda na sua secção *Cultura*: "Livro retrata as trocas culturais no Sul de Angola" (*Jornal de Angola*, 9 dez. 2023, p. 35). Isso despertou imediatamente minha curiosidade, pois estava envolvido na reconstrução da história demográfica da vila portuguesa de Moçâmedes (Curto, 2023a, 2025b; Curto; Desai, 2019). Continuei então a ler o dito artigo:

Em "Brasil, Moçâmedes e Mussungu Bitoto - Trânsitos sociais e trocas culturais" as histórias contadas neste livro começa com a chegada em Angola dos luso-brasileiros (pernambucanos) em meados do século XIX e como esse grupo foi fundamental na formação da região, que os europeus chamavam de Moçâmedes, mas que para os Kuvale era Mussungu Bitoto.

Depois dedica-se a pensar como os africanos escravizados oriundos do Brasil, que vieram com os seus senhores, contribuíram na formação de um novo grupo social na região, os Mbali, cuja maior expressão identitária e cultural são a sua arte mortuária e a festa da cruzeta, que mistura aspectos do universo afro-brasileiro com o kimbundu, ovimbundu e herero (*Jornal de Angola*, 9 dez. 2023, p. 35).

Como acadêmico com algum conhecimento da história de Angola anterior a 1900, procuro ler o máximo possível de tudo o que é publicado em várias línguas sobre esta região. Tenho, também, desenvolvido uma certa reputação como "um ratinho de arquivo". Mas que "africanos oriundos do Brasil, que vieram com os seus senhores, contribuíram na formação de um novo grupo social na região, os Mbali" era pura novidade para mim. Como a biblioteca da minha universidade não possuía o livro em questão, entrei logo em contato com a seção de empréstimo entre bibliotecas para que trouxessem um exemplar para eu consultar.

Algumas semanas depois, o livro, neste caso uma coletânea com vários capítulos escritos por diversos autores, chegou. Mergulhei imediatamente nele. A questão que levantou minha curiosidade

se encontrava tratada em um desses capítulos escritos por Washington Nascimento (2023, p. 119-150). Neste, o autor afirma o seguinte: "os 'pernambucanos' levaram consigo para Moçâmedes africanos escravizados". Embora, continua o autor, "não se sabe ao certo quantos eram," ele avança com uma estimativa que entre 1849 e 1850 "poderiam em tese chegar [a] 3,050 escravizados" (Nascimento, 2023, p. 119-120). Nascimento está aqui a referenciar a chegada de luso-brasileiros a Moçâmedes nos meados do século XIX, trazendo consigo um número verdadeiramente elevado de escravizados. Todavia, dois problemas surgem de imediato com tal afirmação. Primeiro, os ditos luso-brasileiros que em duas ocasiões aportaram em Moçâmedes durante 1849-1850 somavam cerca de 300 pessoas<sup>8</sup>: assim, cada um, independentemente do sexo e da idade, teria chegado com uma média de 10 cativos. No caso da primeira viagem (1849), foram necessárias duas embarcações: uma barca brasileira, *Tentativa Feliz*, fretada pelo Governo de Portugal, com passagens e diárias pagas pela mesma entidade, e outra um navio de guerra da Marinha Portuguesa, *Douro*, cujas despesas foram obviamente também assumidos pela fazenda lusitana<sup>9</sup>. Ao contrário de alguns colonos mais abastados, como o "leader" da expedição, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, a grande maioria destes refugiados eram "geralmente pobres"<sup>10</sup>: no caso de trabalhadores de campo, em particular, até os seus passaportes tiveram de ser pagos<sup>11</sup>. Não fazia sentido nenhum, mesmo se os possuísem, levar seus escravos para o sul de Angola. Como explicou um Padre com alguma experiência no sul de Angola em 1862, os luso-brasileiros "trouvent avantage a venir habiter ce pays parce qu'ils peuvent se procurer a bien

<sup>8</sup> Nascimento (2023, p. 120) escreve (sem citar fontes) que estes somavam 305. As 2 listas nominais publicadas em Mendonça Torres (1974, v. 1, p. 479-483) somam 287 colonos desembarcados. Nem um nem o outro estão corretos, como vamos ver mais adiante.

<sup>9</sup> Ver os vários documentos de finais de 1848 e de 1849 publicados em *Arquivos de Angola* 2/23-26, p. 23-120, 1949. Inicialmente, "o numero de pessoas que estavam preparados e para quem pediram passaportes era de 220; mas tendo apertado mais o inverno, algumas que tinham hido ao centro da Provincia onde são moradores, para se apromptarem e voltarem, o não poderão fazer por cauza da enchente dos rios...". Ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 792 1E, Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", 6 de junho de 1849. Destes, 180 pessoas com passaportes estavam prontas a viajar dias antes da partida. AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", atas da decima-quinta sessão, 22 de maio de 1849. Em 25 de maio de 1849, 177 colonos seguiram para Moçâmedes.

<sup>10</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", Instruções para a comissão 1849, Antonio Sergio de Sousa, Governador de Moçâmedes, para Visconde de Castelões, 1 de fevereiro de 1850.

<sup>11</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", Sobre a vinda dos colonos para Moçâmedes, 12 de maio de 1849, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro para Visconde de Castro, Ministro e Secretario dos Negocios da Marinha e Ultramar, 12 de maio de 1849.

meilleur compte qu'au Brésil les esclaves dont ils ont besoins pour cultiver le coton et la canne a sucre" (Vieira, 2013, p. 434). Demais temos outros entraves a tal realocização. O primeiro era de transportar 3,050 escravos brasileiros para a África centro ocidental: O governo de Portugal, via a comissão dos colonos pernambucanos, teve certa dificuldade em contratar navios para transportarem os colonos para Moçâmedes<sup>12</sup>. Cumprir a mesma obrigação para um número quase 10 vezes maior estava simplesmente fora das possibilidades do governo português, principalmente quando os cativos no sul de Angola eram mais baratos do que no nordeste do Brasil. Demais o tratado Anglo-Português de 1842 proibia a entrada em território português de cativos, por via marítima, originários de países estrangeiros (Museu Nacional da Escravatura; Instituto Nacional do Património Cultural, 1997, p. 15-35). Talvez ciente destes entraves, Nascimento qualifica de imediato sua especulação, indicando que "acredito não tenha sido em tão grande número" (Nascimento, 2023, p. 120). Mas, se efetivamente "acredita [que] não tenha sido em tão grande número", por que indicar 3,500 escravos brasileiros de início?

Em sua própria monografia publicada uns anos antes, Nascimento sustenta números bem inferiores, argumentando que esses luso-brasileiros somente "terem trazido consigo alguns escravos africanos do Brasil" para a região, "já cristianizados e abasileirados" (*Nascimento, 2020, p. 160, 165*). Mas a intenção do autor é a mesma. Ele cita um viajante anônimo português que, em 1861, passou alguns dias em Moçâmedes, relatando supostamente que os "Kimbares, balis, lwimbalis ou vimbalis, eram inicialmente, africanos retornados do Brasil, escravos que, acompanhando os seus patrões portugueses, que haviam saído de Pernambuco" (*Nascimento, 2020, p. 60*)<sup>13</sup>. Apoiado por esta fonte contemporânea, a única apresentada, Nascimento sente-se, por isso, confiante em

afirmar que o surgimento dos Mbali, um grupo social que começou a desenvolver-se durante a década de 1850, e a sua arte mortuária (túmulos), tiveram as suas raízes no Brasil.

Eu tinha (re)lido o relatório dito viajante anônimo português enquanto pesquisava a história demográfica de Moçâmedes durante suas primeiras décadas. Mas não me lembrava de ter encontrado as informações trazidas à luz por Nascimento: nem sobre escravizados abasileirados, nem sobre sua influência na ascensão dos Mbali. Por isso, voltei à fonte, coisa relativamente fácil, visto que, desde a muito, está acessível online (Anônimo, 1862). Em seu relatório, o viajante anônimo português descreve Moçâmedes (em 1861) com assaz de detalhes entre as páginas 89 e 115. Mas, em nenhuma destas se encontra qualquer referência a "escravos africanos do Brasil" vindo para a região, "já cristianizados e abasileirados" ou que "Kimbares, balis, lwimbalis ou vimbalis, eram inicialmente, africanos retornados do Brasil, escravos que, acompanhando os seus patrões portugueses, que haviam saído de Pernambuco". Aqui está mais outra afirmação inventada! Qual sua origem?

Em seu livro, Nascimento nos dá uma pista mais detalhada. Em determinado momento, ele escreve:

Os "pernambucanos" também levaram consigo para Moçâmedes africanos escravizados (apesar do tráfico ter sido encerrado anos antes, em 1836), sobretudo kimbundu, com uma cultura própria, cristianizados e abasileirados, sendo chamados de MBali (ou kimbares, iwimbalis e ovimbalis), que, na língua dos ovakwanyama, quer dizer "aqueles que andam com os brancos".

Diferente dos povos da região, tais "africanos abasileirados" não andavam com poucas roupas. As mulheres se vestiam com uma espécie de saia e com blusa que cobria os seios, e os homens usavam calças e camisas, embora descalços. Esse grupo é responsável também por levar ao sul de Angola o carnaval nos moldes afro-brasileiros, que tinha conhecido em terras pernambucanas (*Nascimento, 2020, p. 60*)<sup>14</sup>.

Estes parágrafos, com a mesma afirmação,

<sup>12</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", especialmente as atas oitava e nona da comissão dos colonos, 10 e 24 de março de 1849, respetivamente.

<sup>13</sup> Para a referência bibliográfica, completa, da dita fonte, ver Anônimo (1862).

<sup>14</sup> Em relação ao carnaval, a leitura de um artigo bem conhecido por angolanistas, Birmingham (1988, p. 93-103), com a versão portuguesa em Birmingham (1988, p. 417-429), teria levado a uma conclusão diferente!

são suportados por uma única fonte secundária, da autoria de Francisco Soares, especialista da literatura angola da segunda metade do século XIX<sup>15</sup>. Conheço o autor, mas não esta obra em particular. Como a dita obra, sobre processos de transculturação em Angola, foi publicada online, então rapidamente a acessei (Soares, 2014, p. 84-103).

A passagem baseada no trabalho de Soares encontra-se numa seção aonde o autor se desdobra sobre a etimologia do termo "kimbare". Começa ele a este respeito com uma citação:

Kimbares, balis, lwimbalis ou vimbalis, eram inicialmente, africanos retornados do Brasil, escravos que, acompanhando os seus patrões portugueses, que haviam saído de Pernambuco, em face das hostilidades nativistas, em maio de 1849, a bordo do brigue Douro e da barca Tentativa Feliz, foram chegando à recém-fundada Moçâmedes a partir de 4 de agosto, e de novembro do ano seguinte, acompanhando mais uma leva que chegava a Angola, a bordo do mesmo Douro e da barca Bracarense<sup>16</sup>.

E, logo a seguir, acrescenta:

Durante os séculos XVII e XVIII, a política portuguesa em Angola era dirigida do Brasil e as relações políticas e econômicas entre os dois países eram tão estreitas, com tantas personagens e fatos históricos comuns que o historiador Jaime Cortesão não hesitou em considerá-la 'uma província portuguesa do Brasil'.

Mais ou menos como o Benin, o Togo e a Nigéria, Angola também recebeu africanos e descendentes retornados do Brasil. Que se fixaram, notadamente, em Moçâmedes, atual Namibe. Eram sobretudo abundos e chegaram, portanto, com uma cultura própria, cristianizada, eivada de hábitos brasileiros. Tanto que, na língua dos cuanhamas, o termo que os define, bali, mas também lwimbali ou vimbali, significa, literalmente, 'aqueles que andam com os brancos'.

No contato com os brancos, no Brasil, haviam adquirido costumes europeus, não andavam nus nem seminus, como os outros povos que foram encontrar em terras do Namibe, sobretudo Mondombes, mas vestiam-se com panos

da cintura para baixo, e com pequenas blusas cobrindo busto (as mulheres), e com calças e camisas (os homens), embora descalços, de acordo com usos e costumes adquiridos em terras de Santa Cruz, onde haviam aprendido a festejar o Carnaval, ao qual haviam dado um cunho próprio<sup>17</sup>.

Depois de tal crescimento, o autor conclui que **"isto não faz qualquer sentido, porque já se falava em quimbares em Angola antes do século XIX"** (Soares, 2014, p. 97, grifo meu). É preciso aqui salientar que Soares suporta seu primeiro parágrafo sobre os "kimbares", do qual dependem os parágrafos subsequentes, com uma nota (31) referindo-se a Anônimo. *45 dias em Angola*. Porto: Ed. do autor, 1862. Ora esta é a mesma fonte contemporânea utilizada por Nascimento! Como vimos acima, o parágrafo crucial relativo aos "africanos retornados do Brasil, escravos que, acompanhando os seus patrões portugueses, desembarcaram em Moçâmedes durante 1849-1850, não se encontra no dito relatório<sup>18</sup>.

No artigo do Soares não existe nenhum índice sobre a proveniência da citação atribuída ao anônimo viajante português. Assim sendo, em meados de março de 2024, resolvi em enviar-lhe um email pedindo qualquer esclarecimento sobre o assunto. Hoje, nem eu tenho esse email, nem ele a resposta que me mandou. Mas duas coisas ficaram gravadas na minha mente: o Soares não se lembrava onde poderia ter encontrado a dita citação e ficou bem chateado em saber que tinha levado seus leitores em erro. Mais recentemente, numa comunicação particular que me enviou sobre o mesmo assunto, ele diz:

Bom, já pesquisei mais, sinto que não estou a acertar no alvo. Não sei de onde é que tirei a citação, nem porque pus essa em vez da outra. Também tu já deves ter consultado mais até do que eu, que fui procurar isso quando pesquisava sobre a história do termo «quimbares». Continuarei espreitando aqui e ali, se chegar a alguma conclusão te comunico. Mas estou

<sup>15</sup> Nascimento (2020, p. 60) se refere na nota em texto simplesmente a Soares (2014), o que na bibliografia aparece como SOARES, Francisco Manuel Antunes. Crioulizações internas: processos de transculturação nos Bantu angolanos. *Almanack*, 2014, n. 8, p. 84-103.

<sup>16</sup> Esta citação está referenciada, em nota de rodapé, como: Anônimo. *45 dias em Angola*. Porto: Ed. do Autor, 1862. Notar que nem o subtítulo, nem a paginação estão incluídos. Para a referência completa ver a bibliografia.

<sup>17</sup> É importante notar que nenhum destes 3 parágrafos são suportados por fontes.

<sup>18</sup> Vale a pena aqui apontar que o relatório do Anônimo não aparece na bibliografia do livro de Nascimento. A referência a esta fonte contemporânea se encontra somente em texto: Nascimento (2020, p. 60). Mas, como em Soares (2014, p. 97), só aparece o título principal e sem paginação.

realmente preocupado, acabei dando uma pista falsa sem querer<sup>19</sup>.

Continuei então minha pesquisa na tentativa de compreender de onde vinha a citação atribuída ao autor anônimo.

Apesar de várias tentativas, utilizando diferentes meios, inclusive o motor de busca Google, opção de pesquisa avançada, nada encontrei. Mas eventualmente me deparei com algo na mesma linha. Num blog encontrei a passagem seguinte:

Mesmo antes da abolição da escravatura no Brasil, começaram a emigrar voluntariamente, para o sul de Angola, africanos e descendentes que, orgulhosamente, procuravam se conservar "brasileiros" não se deixando integrar de todo no ambiente cultural africano. Assim como os portugueses já abasileirados, os retornados tornaram-se vetores de um significativo abasileiramento de populações, paisagens e culturas. Deste modo, a construção de casas-grandes e de senzalas, o cultivo de algodão e de cana-de-acucar, pinturas de baús, *ex-votos*, tabuletas comerciais, bandeiras de santos, estandartes de clubes de carnaval, e, principalmente os cemitérios afro-cristãos, constituem marcas definidoras dessa presença. Nos cemitérios, é nitida a diferença entre os túmulos dos brasileiros brancos e dos afro-brasileiros. Os primeiros são graves, solenes, neoclássicos, e os segundos ostentam esculturas rústicas, coloridas, como as encontradas no Nordeste, em outros pontos do Brasil, tocados pelo influxo africano; contam ainda com *ex-votos* e vasos com oferendas, símbolos alusivos aos ofícios e profissões dos ali sepultados. Fonte: RIO DE JANEIRO, *Imigrantes Angolanos* ("Angola do Outro Lado do Tempo", 2012).

Qual seria a fonte listada no fim deste parágrafo? Numa outra pesquisa avançada no Google, com o texto das duas primeiras linhas desta citação, logo apareceu um link. Então cliquei.

O resultado desta tarefa foi um livro cuja edição eletrônica estava disponibilizada na web. Baixei o dito trabalho. Neste livro, aliás de grande relevo, na entrada "Angola, república de", seu autor escreve o seguinte:

Mais ou menos como Benin, Togo e Nigéria, Angola também recebeu africanos e descendentes retornados do Brasil. Fixados notadamente em Moçâmedes, atual Namibe, eram sobretudo abundos e chegaram portando

uma cultura própria, cristianizada, eivada de hábitos brasileiros. Tanto que, na língua dos cuanhamas, o termo que os define é *bali* (também *twimbali* ou *vimballi*), que significa, literalmente, "aqueles que andam com os brancos". Inicialmente, os retornados eram escravos acompanhando seus patrões portugueses, que haviam saído de Pernambuco, em face das hostilidades nativistas, em maio de 1849, a bordo do brigue Douro e da barca Tentativa Feliz, chegando à recém-fundada Moçâmedes em 4 de agosto. Em novembro do ano seguinte, mais uma leva chegava a Angola, a bordo do mesmo Douro e da barca Bracarense. Depois desses, outros chegaram, vindos do Rio de Janeiro e da Bahia. Mesmo antes da abolição da escravatura no Brasil, começaram a emigrar, voluntariamente, para o Sul de Angola, africanos e descendentes que, orgulhosamente, procuravam se conservar "brasileiros", não se deixando integrar de todo no ambiente cultural africano. Assim como portugueses já abasileirados, os retornados tornaram-se vetores de um significativo abasileiramento de populações, paisagens e culturas. Desse modo, a construção de casas-grandes e suas senzalas, o cultivo de algodão e de cana-de-açúcar, pinturas de baús, *ex-votos*, tabuletas comerciais, bandeiras de santos, estandartes de clubes de carnaval e, principalmente, os cemitérios afro-cristãos constituem marcas definidoras dessa presença. Nos cemitérios, é nitida a diferença entre os túmulos dos brasileiros brancos e os de afro-brasileiros. Os primeiros são graves, solenes, neoclássicos, enquanto os segundos ostentam esculturas rústicas, coloridas, como as encontradas no Nordeste e em outros pontos do Brasil tocados pelo influxo africano; contam, ainda, com *ex-votos* e vasos para oferendas, símbolos alusivos aos ofícios e às profissões dos ali sepultados. Ver RIO DE JANEIRO *Imigrantes angolanos* (Lopes, 2011).

Ora, temos aqui os parágrafos acrescentados de Soares e a tese do Nascimento em preto e branco. Mas isso dito, qual seria então a famosa fonte "Rio de Janeiro, *Imigrantes Angolanos*"? Ela se encontra, nada mais, nada menos, na entrada e secção com o dito título neste mesmo trabalho. O problema é que esta diz absolutamente nada sobre esses supostos "escravos abasileirados": em vez disso, dedica-se exclusivamente aos imigrantes angolanos no Rio de Janeiro durante a década de 1980! O autor deste trabalho oferece uma bibliografia extensa, listando vários estudos sobre Angola, assim como autores angolanos. Todavia, nenhum deles aborda a questão de "escravos abasileirados" nos meados do século XIX

<sup>19</sup> Francisco Soares para José Carlos Curto, 10 de março de 2026, correspondência eletrônica.

em Moçâmedes. De onde, então, veio esta ideia?

O padrinho dos "escravos abasileirados" foi nada mais, manda menos que o famoso acadêmico brasileiro Gilberto Freyre, que desenvolveu a ideologia do luso-tropicalismo na década de 1950, a qual seria subsequentemente adoptada pelo regime fascista do Salazar. Em visita oficial organizada pelo Governo de Portugal, este brasileiro passou uns dias em Moçâmedes em janeiro de 1952. Durante este curto tempo, nas palavras de um dos nossos protagonistas, Freyre "pouco ou quase nada viu em Moçâmedes, além da presença cultural brasileiro-portuguesa naquele espaço" (Nascimento, 2023, p. 124). Ele ficou particularmente emocionado com sua visita ao cemitério "aristocrático", onde se encontravam túmulos de colonos "brancos" que nos meados do século XIX ali desembarcaram, oriundos especialmente de Pernambuco. O pouco de tempo passado nesta localidade, todavia, resultou num pequeno livro onde Freyre discursa largamente sobre esses colonos, incluindo "africanos ou descendentes africanos, tocados no Brasil de influência luso-brasileira ou brasileira", responsáveis pelo desenvolvimento da colônia de Moçâmedes (Freyre, 1959a, p. 33). Na legenda de uma das fotografias que tirou, ele escreve o seguinte:

Uma serviçal da família Tórres, que na primeira metade do século XIX transferiu-se do Brasil (Pernambuco) para Moçamedes [sic] (Angola), aí fundando 'horta' ou fazenda com casa-grande, senzala e escravos abasileirados, além de móveis brasileiros. Foram vários os portugueses já 'brasileiros' que, transferindo-se do Brasil para África, tornaram-se focos de 'abasileiramento' de paisagens, populações e culturas às vezes através de escravos também abasileirados (Freyre, 1959a, p. 29).

É esta a origem dos "escravos abasileirados" em Moçâmedes nos meados do século XIX. Mas, é preciso notar que esta é uma simples afirmação. Não está suportada por nenhuma prova documental. Demais, as legendas que acompanham 4 das fotografias do cemitério afro-cristão são bem mais equívocas, referindo-se

aos sepultados como "africanos cristianizados e talvez abasileirados"<sup>20</sup>! Mas será mesmo que não existem provas?

Numa raríssima menção a Moçâmedes, Pierre Verger (1987, p. 634, nota 3) especialista das relações históricas entre Bahia (Salvador) e o golfo do Benim, informa: "Nota-se em 1850, a concessão em massa de 55 passaportes para Moçâmedes (ver a este respeito Gilberto Freyre)". Publicada em 1968, esta referência a Freyre é enigmática, incompleta e, visto sua extensa bibliografia, obscura. Essa "concessão em massa de 55 passaportes" foi feita em Recife, Salvador ou Rio de Janeiro e para colonos luso-brasileiros, "escravos abasileirados", ou outras pessoas? Nas publicações do acadêmico brasileiro com material relevante a Moçâmedes, tal informação efetivamente não consta: nem no relatório de sua passagem por esta vila (Freyre, 1953b, p. 385-391), nem em seu livro - publicado 6 anos mais tarde - sobre os túmulos antigos que lá existiam (Freyre, 1959a)<sup>21</sup>. Sabemos que o Freyre manteve uma certa correspondência com o Verger. Angela Lühning (sem data; 1998-1999), por exemplo, encontrou "nove cartas de Verger para Freyre e duas cartas de Freyre para Verger. Na carta de 27 de junho de 1950 Verger indica detalhadamente todo material que enviou para Freyre, incluindo notas de pesquisa e material bibliográfico relativo à África". Demais, esta etnomusicóloga (sem data, nota 30), relata que num texto, Freyre diz:

Donde senti-me feliz em ter em Pierre Verger um colaborador nas pesquisas em que há anos me empenho em torno de ex-escravos abasileirados pelo Brasil. Voltando à África, fundaram eles em terras africanas uma espécie de civilização afro-brasileira da qual ainda hoje se encontram sobrevivências interessantíssimas: assunto do possível livro que espero com a colaboração de Pierre Verger.

Hora temos aqui uma referência explícita a "ex-escravos abasileirados ... voltando à África". Mas, mais uma vez, nada incluído sobre "escravos abasileirados" em Moçâmedes durante os meados da década de 1850.

<sup>20</sup> Grifo meu. Florescu (2018, p. 151-178) é o(a) únic(o) acadêmico(a) a salientar o qualificador "talvez". Notar que as fotografias reproduzidas em Freyre, 1959a, nem tem paginação nem numeração.

<sup>21</sup> Ver também Freyre (1953b, 1961).

Em sua investigação de várias séries documentais, incluindo registros de passaportes, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro, e Arquivo Público Municipal de Recife entre 1830 e 1870, Mônica Lima e Souza (2008) não encontrou escravizados retornando do Brasil (Recife, Salvador, ou Rio de Janeiro) para Luanda, Benguela ou qualquer outro ponto da costa angolana - somente libertos (ou ex-escravos)<sup>22</sup>. Entre estes, todavia, e "em intensidade nunca antes vista", um total de 68 em 1850, 48 em 1851, e mais 2 em 1863 declararam viajar de Salvador para Moçâmedes, "onde havia um interesse português em ocupar a região" (Lima e Souza, 2008, p. 121-122)<sup>23</sup>. Seriam estes parte das 55 pessoas a que foram emitidos passaportes pelas autoridades brasileiras em 1850 para viajar até ao sul de Angola, como afirmou Verger em 1968? Possivelmente.

Mesmo antes das declarações de saída de tal contingente de libertos de Salvador para Moçâmedes em 1850 e 1851, pessoas com tal estatuto já lá existiam. Pouco depois dos primeiros libertos aparecerem em Luanda (Curto, 2020a, p. 238-256), o Governador de Angola, Manuel Eleutherio Milheiros, no princípio de 1840, mandou "15 casaes de pretos, 1 adido, e 1 moleque, apreendidos no contrabando de escravos em Luanda"<sup>24</sup>, ou em outras palavras libertos, para o recém fundado estabelecimento militar-comercial ao sul de Benguela. Em 20 de abril de 1846, uma nota redigida pelas autoridades governamentais em Luanda avisou o Comandante de Moçâmedes do envio de 2 outros libertos "para serem empregados na pescaria, agricultura, ou nos trabalhos do estabelecimento" (*Boletim Oficial de Angola*, n. 265, 12 dez. 1846, p. 2, Ofício n. 668). Um relatório oficial referindo-se ao fim de julho de 1849, dias

antes da chegada da primeira leva de colonos luso-brasileiros, revelou a existência então em Moçâmedes de "24 libertos de ambos os sexos ... que estão no serviço da pesca, hortas, e do mais que se offerece" (*Arquivos de Angola*, 1ª série, 2/23-26, p. 106.). Dado tal número reduzido de libertos, o chefe do primeiro grupo de colonos luso-brasileiros, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, não hesitou, duas semanas depois de desembarcar, em pedir ao governo central em Luanda "50 libertos...para auxiliarem os recém chegados" (Candeias da Silva, 1973, p. 22).

No princípio de junho de 1850, outros 20 libertos "vindo da fazenda pertencente ao casal do falecido João Guilherme Pereira Barbosa, em Cazengo" se encontravam em via de Luanda para Moçâmedes, onde deveriam ser "empregados nos trabalhos agrários da Colonia" (*Boletim Oficial de Angola*, n. 245, 8 jun. 1849, p. 2). Mesmo assim, o número de este tipo de ex-escravo no sul de Angola permaneceu baixo. Entre os 1,112 habitantes registados na lista populacional do distrito de Moçâmedes relativa a 1850-1851, por exemplo, não se encontram libertos (*Almanak Statístico da Provincia d'Angola*, 1851, p. 9). Nesta região, recém fundada como novo ponto de penetração colonial, o peso demográfico das pessoas com este estatuto era ainda pouco. Mesmo a lista populacional de 1854, desta vez referindo-se a vila de Moçâmedes e seus subúrbios, somente registou 135 "libertos, escravos da fazenda e deportados" dentro de um total de 940 habitantes<sup>25</sup>. A dita lista não discrimina o número de pessoas em cada uma dessas 3 condições legais. Será que alguns dos 116 libertos que declararam sua intenção de viajar de Salvador para Moçâmedes em 1850-1851 se encontravam neste grupo?

Tal não é improvável. Mas também é altamente problemático. Para começar, mesmo se os 116 libertos conseguiram seus passaportes

<sup>22</sup> Fileno da Silva (2010, p. 153-155) encontrou poucos libertos e forros viajando de Salvador para Luanda ou Benguela entre os meados da década de 1830 e 1857 nos registros de passaportes depositados no Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>23</sup> Nenhum registo de tal movimento foi encontrado desde o Rio de Janeiro: Lima e Souza (2013).

<sup>24</sup> AHU, SEMU, Direção-Geral do Ultramar (DGU), Angola, Pasta 3 (587), ofício n. 56 de 16 de fevereiro de 1840. Um oficial contemporâneo (Luz Soriano, 1940, 88), escreve somente "alguns casaes" de libertos.

<sup>25</sup> "Extracto do um Officio do Governador Interino de Mossamedes, o Capitão F. da Costa Leal, dirigido ao Ministerio da Marinha e Ultramar em data de 3 de janeiro de 1855", *Annaes do Conselho Ultramarino*, Parte Oficial, p. 200, 1857; Statistica do Districto de Mossamedes, referida ao anno de 1857. Do número total de "libertos, escravos da fazenda e deportados", 62 eram do sexo feminino e 42 eram menores.

para passagem marítima de Salvador para Moçâmedes, não significa necessariamente que todos embarcaram nos respectivos navios para e desembarcaram no sul de Angola: como já vimos acima, dos 220 passageiros que tinham obtido passaportes para essa viagem desde Recife em maio de 1849, apenas 177 embarcaram. Mas ainda mais importante, temos uma questão de adição. O acréscimo de cerca de 100 libertos de Salvador a uma população urbana de aproximadamente 1.000 habitantes em 1850-1851 teria chamado a atenção das autoridades coloniais em Moçâmedes, incluindo os colonos luso-brasileiros recém-chegados. A este respeito, todavia, o arquivo colonial, assim como a literatura produzida por alguns dos colonos, permanecem totalmente em silêncio (*Diário de Pernambuco*, n. 128, 8 jun. 1850, p. 2-3; *Boletim Oficial de Angola*, n. 205, 1 set. 1849, p. 3-6, n. 210, 8 out. 1849, p. 2-3; n. 218, 1 dez. 1849, p. 2-3; n. 220, 15 dez. 1849, p. 3; n. 222, 29 dez. 1849, p. 3-4; n. 229, 16 fev. 1850, p. 3; n. 251 20 jun. 1850, p. 2-3)<sup>26</sup>. E, por último, mas não menos importante, durante 1850 e 1851, Salvador (como aliás Recife) estava no meio de um grave surto de febre amarela que começou no final de 1849 e afetou todos os centros urbanos costeiros brasileiros (Franco, 1960; Melo Júnior, 2022)<sup>27</sup>; nestas condições de epidemia seria bem difícil despachar um ou dois barcos fretados para conduzir tal número de libertos para Moçâmedes.

Qualquer que seja o número de libertos de Salvador que possivelmente desembarcaram em Moçâmedes durante os primeiros anos da década de 1850, e lá permaneceram, estes não eram os "escravos abasileirados" pernambucanos que, em larga ou menor escala, teriam acompanhado seus amos luso-brasileiros em 1849-1850. Acima,

já comecei a explicar o porquê disto: o preço de escravizados era bem mais barato em Angola do que no Brasil. Vamos agora concluir nossa exposição.

Em 2023, João Figueiredo publicou um artigo sobre a "etnologização" da arte Mbali" dentro do projeto colonial "que reificou os Kimbari como um grupo étnico *sui generis*" (Figueiredo, 2023, p. 581-601). Ciente do trabalho do Freyre sobre os túmulos Mbali, assim como o relatório do anônimo viajante português, mas não dos trabalhos de Washington Nascimento acima citados, este estudioso apresenta uma explicação alternativa do desenvolvimento histórico da arte funerária (túmulos) dos Mbali:

[...] em 1843, pouco depois do primeiro povoamento de Moçâmedes, ...a poderosa dona Ana Joaquina dos Santos enviou um grupo de "escravos, de todos os ofícios" para o novo presidio. Estes africanos foram selecionados por possuírem todas as competências consideradas necessárias para o estabelecimento de plantações e atividades de pesca. Entretanto, os navios britânicos encarregados de fazer cumprir o tratado anglo-português de 1842 contra o tráfico de escravos tornavam cada vez mais difícil a transferência de grandes quantidades de africanos escravizados para a nova colônia, sem correrem o risco de serem recapturados e enviados para a Serra Leoa. Perante esta ameaça, as autoridades portuguesas optaram por transferir libertos, supostamente para que cumprissem os seus contratos de aprendizagem na nova colônia. No entanto, os únicos artesãos capazes de ensinar eram os africanos escravizados que tinham sido colocados anteriormente na região. Em 1849 e 1850, duas levadas de colonos brancos chegaram a Moçâmedes, fugindo das revoltas nativistas Praieira no Brasil. Traziam consigo os seus bens, incluindo alguns dos seus dependentes escravizados, um carregamento de ferramentas e três máquinas de açúcar recém-adquiridas. Após a chegada, estes colonos solicitaram imediatamente ao governo "escravos" ou, se tal se revelasse impossível, "aprendizes" para cultivar as suas

<sup>26</sup> Ver também a vasta documentação disponível em AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864 e em AHU, SEMU, DGU, Angola, Pasta 12 (613), referente a 1849.

<sup>27</sup> É relevante aqui notar que dos 177 luso-pernambucanos que embarcaram para Moçâmedes em 25 de maio de 1849, 7 morreram durante a viagem depois de "bexigas...se desenvolvendo pelos colonos e tripulação da Barca" *Tentativa Feliz*: AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre o Estabelecimento da Colonia", 1849, Joaquim Baptista Moreira, Consul em Pernambuco, para Visconde de Castelões, 27 de setembro 1849; Vicente José dos Santos Moreira Lime, Capitão da Fragata [Douro], para Consul de Pernambuco, Joaquim Baptista Moreira, 26 de Setembro, 1849. Por isso, desembarcaram vivas em Moçâmedes 170 pessoas: *Boletim Oficial de Angola*, n. 204, 25 de agosto de 1849, p. 3-4, José Herculano Ferreira Horta para Secretario Geral do Governo, Francisco Joaquim da Costa e Silva, 11 de agosto de 1849. Com respeito a segunda expedição, que saiu de Recife em 13 de outubro de 1850, a "epidemia febril que por mais de seis mezes assalou esta Provincia, atrasou consideravelmente a embarcação: AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Passagem de portugueses para Moçâmedes", 1 de dezembro de 1850, Joaquim Baptista Moreira, Consul em Pernambuco, para Visconde de Castelões, 1 de dezembro de 1850. Todos os 140 colonos que embarcaram chegaram a Moçâmedes: A grande maioria permaneceu neste destino. Mas certo de 25% preferiram reinstalar-se noutro local: alguns foram para Huila, mais para o interior, enquanto outros preferiram reassentar-se em Benguela ou em Luanda.

hortas, bem como as suas plantações de cana-de-açúcar, tabaco e cereais. Também dependiam dos africanos escravizados para ensinar aos libertos recém-chegados todas as competências necessárias para operar a pesca, construir as suas propriedades e fortalezas, cultivar as plantações e trabalhar nas promissoras indústrias de secagem de carne e peixe. De facto, ainda em Pernambuco, o primeiro grupo de colonos criou um comité de gestão para gerir a sua migração, incumbindo-o de "comprar" um pedreiro escravizado capaz de montar o processamento de açúcar e de adquirir africanos escravizados habituados a trabalhar em plantações e máquinas de açúcar, que também soubessem cozinhar e falar as línguas do sudoeste de Angola, para que pudessem "servir de exemplo" e ensinar outros. Desde então, o ensino e a transmissão de competências tornaram-se parte essencial da vida dos proto-Kimbari que, no entanto, eram perpetuamente considerados "aprendizes" (Figueiredo, 2023, p. 590).

Em apoio a este parágrafo, Figueiredo oferece, finalmente, documentação concreta da época que encontrou no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa, na coleção da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), pasta 792. Esta documentação se encontra em duas capilhas: "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco, com data de 6 de junho de 1849, com as "actas" da oitava sessão a decima-quinta sessão da dita comissão, assim como a relação alfabética dos colonos embarcados em 25 de maio de 1849; e "Sobre o estado em que se encontra a colônia", Ofício do Governador de Moçâmedes, António Sérgio de Sousa, para o Visconde de Castelões, Ministro da Marinha e Ultramar, 19 de abril de 1850<sup>28</sup>.

A primeira observação a enfatizar é que Figueiredo se refere a colonos terem trazido consigo (somente) "alguns dos seus dependentes escravizados"! Estamos bem longe dos 3.050 avançados inicialmente por Nascimento e depois reduzidos significativamente, por este próprio,

também para "alguns escravos africanos do Brasil". Mas quantos seriam esses "alguns"? Em uma nota de rodapé, Figueiredo (2023, p. 600 - nota 71) diz que em Pernambuco:

No final ... foram compradas três pessoas escravizadas, 'um mulato e um negro, ambos plantadores de cana-de-açúcar, e um cozinheiro negro que fala a língua Bunda [Umbundo], ambos com menos de vinte e cinco anos e sem doenças.

No entanto, esta citação está corretamente transcrita apenas em parte. Efetivamente, o documento que a comprova, datado 6 dias antes de embarcarem para Moçâmedes, diz algo um pouco diferente.

Os membros [Manoel Francisco da Silva] Novaes e [Manoel Francisco] Pontes declararão que entre os melhores escravos que encontrarão para comprar para os fins desejados foram um mulato, e um preto ambos plantadores de cana, e o preto cozinheiro e sabem do falar a linguagem bunda, ambos menores de vinte e cinco anos e sem moléstias...<sup>29</sup>.

Portanto não eram três mas dois escravizados: um mulato e um preto, ambos plantadores de cana, mas o preto também sabendo cozinhar.

Luiz, o mulato, e Mathias, o preto, foram os únicos escravizados a embarcar entre os 177 passageiros com destino ao sul de Angola. De mais, entre 140 passageiros que constituíram a segunda leva de colonos que saiu de Recife em 13 de outubro de 1850 rumo a Moçâmedes, não constam escravizados<sup>30</sup>. Ora, para além deste, bem pequeno número de "escravos brasileiros", suas ocupações não eram o tipo que poderiam facilmente ter levado à transplantação de um estilo de túmulos pernambucano em Moçâmedes, especialmente no cemitério dos afro-cristãos.

Como explicou o Padre Duparquet em 1862,

<sup>28</sup> A pasta n. 792 do AHU, SEMU (antigamente AHU, Sala 6) está hoje classificada como AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864: Antigamente localizada na sala 6 do AHU, e com o mesmo número, esta pasta contém efetivamente muito mais do que 2 capilhas com documentos sobre os colonos luso-brasileiros em Moçâmedes e assuntos relacionados, como temos visto em notas de rodapé anteriores e continuaremos a ver nas subsequentes. Ver Figueiredo (2023, p. 590, 599-600 - notas 68 a 71).

<sup>29</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", Atas da decima-quarta sessão da comissão dos colonos de Pernambuco, 19 de maio de 1849.

<sup>30</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Passagem de Portugueses para Moçâmedes", Joaquim Baptista Moreira [Consul de Portugal em Pernambuco] para Visconde de Castelões, Ministro da Marinha e Ultramar, 1 de dezembro de 1850. Suas passagens não foram pagas pelo Governo de Portugal, mas através de uma subscrição feita ao pé da comunidade portuguesa em Recife. Ver AHU, 792 1E SEMU Mç 1838-1864, "Sobre a remessa do Mapa dos colonos de Pernambuco para as Possessões Ultramarinas", 19 de dezembro de 1850, Joaquim Baptista Moreira para Visconde de Castelões, 19 de dezembro de 1850: a "Relação das pessoas que subscreverão" encontra-se em anexo

o preço de escravizados no sul de Angola nos meados do século XIX era muito mais barato do que seu valor em Pernambuco. Pouco tempo depois de desembarcar no sul de Angola, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro pegou outra embarcação em direção a Luanda para recolher nas suas proximidades (rio Bengo) sementes destinadas as plantações que os colonos de Pernambuco planeavam estabelecer. Mas sementes não foram os únicos itens que ele levou de volta para Moçâmedes. Por fim agosto de 1849, já tinha comprado em Luanda e seus arredores "15 pretos d'ofícios que lhe devem montar os engenhos" de açúcar<sup>31</sup>. Cerca de uma semana depois, o próprio Abreu e Castro revelou que "comprei aqui 17 escravos, que levo para Mossamedes" para laborarem com "os colonos que quiserem trabalhar de jornal"<sup>32</sup>. Três semanas depois da chegada do primeiro contingente de imigrantes, um oficial naval britânico do esquadrão de combate ao tráfico de escravos informou seus superiores que "alguns escravos são trazidos ocasionalmente [para Moçâmedes], mas duvido que sejam mais do que o necessário para os fins domésticos dos colonos" (House of Commons, United Kingdom, Parliamentary Papers, 1850, p. 274-275). Além disso, em meados de 1850, um dos colonos que chegou a Moçâmedes na primeira leva, informou o público em Pernambuco que "a nossa sociedade já possui 30 escravos seus e brevemente esperamos outro igual numero que nos he dado pelo governo" (*Diario de Pernambuco*, n. 128, 8 jun. 1850, p. 2-3). Este memo colono divulgou então que:

"ha dias comprei aqui [Moçâmedes] mesmo uma bonita escrava por 15\$000 rs., e posto que este custo seja a dos pretos buçaes, que não podem de prompto ser applicados a qualquer trabalho mais perfeito e regular, todavia o preço dos braços, a sua abundancia e a facilidade de aquisição convida a effectuar estabelecimentos porque os produtos são por esta rasão menos sobrecarregados e podem

fazer competência" (*Diario de Pernambuco*, n. 128, 8 jun. 1850, p. 2-3).

Ao mesmo tempo (ou quase), o valor pernambucano de "braços" escravizados era comparativamente exorbitante. Nos meados de maio de 1849, a compra de Luiz, o mulato, e de Mathias, o preto, ambos plantadores de cana e com certo conhecimento da língua "Bunda", e o segundo também cozinheiro, atingiu 750\$000 rs<sup>33</sup>! Mesmo tendo em conta o valor de suas especializações, a diferença de preço era simplesmente enorme.

Se tivessem chegado significativamente mais que dois escravizados de Pernambuco, não teria havido necessidade de comprar mão-de-obra escrava em Angola ou de esperar que o governo os oferecesse gratuitamente. Demais, é importante aqui notar que entre os escravizados comprados por Abreu e Castro a grande maioria possuía ofícios para montar engenhos. Em meados do século XIX, já há muito que existia em Angola uma força de trabalho qualificada, constituída maioritariamente por africanos, incluindo pessoas livres, libertas e escravizadas (Curto, 2025b). Em outras palavras, sem um número razoável de escravizados oriundos de Pernambuco em 1849-1850 com certos conhecimentos de trabalho, é impossível sustentar que Luiz, o mulato, e Mathias, o preto, tivessem tido qualquer impacto no desenvolvimento da cultura, especialmente a arte funerária dos Mbali.

Em 1855, por ocasião de um alistamento de escravizados em Moçâmedes, o qual se encontra depositado no Arquivo Nacional de Angola, estes dois indivíduos ainda eram vivos. Luiz, o mulato, foi então registado com o número 761. Nessa altura, já lhe tinha sido atribuído o apelido de António. Natural do Ceará, "alto, reforçado, cor parda" Luiz Antonio parece não ter envelhecido: sua "idade provável" era ainda de 25 anos. Portanto brasileiro e não "abrasileirado", era então "mestre de assucar e purgador". Mathias, dito o

a este documento.

<sup>31</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Colonos", Antonio Sergio de Souza para [indecifrável], 29 de agosto de 1849.

<sup>32</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre a vinda de colonos de Pernambuco para a colônia de Moçâmedes, 4 de setembro de 1849, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro para Barão de Ourem, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

<sup>33</sup> AHU, 792 1E, SEMU, Maço 1838-1864, "Sobre os trabalhos da comissão de colonos em Pernambuco", Atas da decima-quarta sessão da comissão dos colonos de Pernambuco, 19 de maio de 1849.

preto, foi registado com o número 762. "Baixo, reforçado, olhos amortecidos" e com o carimbo "M I no peito direito" foi listado como tendo a idade provável de 27 anos: tinha envelhecido alguns anos. Com naturalidade em "Ginga", Mathias era originário duma região bem no interior de Angola, a norte da curva sul do rio Kwanza. Assim sendo, poderia entender umbundu, mas sua língua materna era kimbundu. Mathias exercia então duas funções: ainda era cozinheiro, mas também trabalhava como barqueiro, descarregando e carregando embarcações que lançavam âncora na baía de Moçâmedes. Tanto um como o outro eram propriedade de Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, o chefe dos colonos luso-brasileiros, que se tornou o quarto mais importante dono de escravizados<sup>34</sup>.

Entre 1849 e 1850, um só "escravizado abrasileirado" desembarcou em Moçâmedes: o preto Ginga, Mathias, que trabalhou para Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro como cozinheiro e barqueiro. Sabemos de levadas subsequentes de gente lusófona saindo do Brasil para o sul de Angola. Em 13 janeiro de 1851, por exemplo, chegou a Moçâmedes o patacho português *Rio Tamega* com 10 colonos vindos do Rio de Janeiro: sua passagem foi paga pelo governo de Portugal (Almeida de Sousa, 2002, v. 1, p. 110-111; Candeias da Silva, 1973, p. 27). Pouco tempo depois aportou a barca nacional *Flor de Amizade* com 99 outros colonos vindos de Salvador: destes, todavia, somente 15 permaneceram em Moçâmedes - o resto seguindo para Luanda (Almeida de Sousa, 2002, v. 1, p. 111; Candeias da Silva, 1973, 27-28, 202-203). E no princípio de abril de 1857, saiu do porto de Recife a brigada de guerra portuguesa *Sado* em direção a Moçâmedes, conduzindo

27 mais colonos (*Diário de Pernambuco*, n. 75, 2 abr. 1857, p. 1). Escravizados não contam nos documentos evidenciando estes movimentos.

Em conclusão, a análise detalhada da documentação disponível demonstra de forma inequívoca que a narrativa dos "escravos abasileirados" chegados a Moçâmedes em meados do século XIX não encontra sustentação empírica sólida. Os registos históricos apontam para a presença de apenas um indivíduo que poderia, com alguma elasticidade conceptual, ser assim classificado, e mesmo esse caso não permite generalizações de ordem social, cultural ou artística. Ainda assim, tal fragilidade documental não impediu a circulação e a consolidação desta ideia em determinados meios académicos (Lopes de Oliveira, 2025, p. 27, 36, 86, 142, 146, 164, 307-308)<sup>35</sup>. Pelo contrário, observa-se a sua reprodução acrítica, inclusive em trabalhos de pós-graduação recentes, que dela fazem um dos pilares interpretativos. Este percurso evidencia como hipóteses mal fundamentadas podem adquirir estatuto de consenso historiográfico quando não são devidamente confrontadas com as fontes. Mais preocupante ainda é a projeção destas construções para além da academia, atingindo o espaço público através da imprensa e de plataformas digitais<sup>36</sup>. Nesse processo, a distinção entre especulação, interpretação e facto histórico torna-se cada vez mais difusa. O resultado é a naturalização de um passado que nunca existiu tal como é descrito. Para a história de Angola, marcada por silêncios, lacunas documentais e heranças coloniais profundas, este tipo de distorção tem consequências particularmente nefastas. Ele reforça leituras exotizantes e teleológicas, frequentemente alinhadas com agendas ideológicas do século XX e do século

<sup>34</sup> Arquivo Nacional de Angola, Códice 2580, Mossamedes, Livro\_Nº1 de Registro de Escravos, fls. 77v-78. Ver também: Curto (2025b).

<sup>35</sup> Outro erro (ou invenção) deve ser aqui observado. Lopes de Oliveira, 2025, páginas 164 (nota 287) e 369, cita uma das suas fontes, que ele quer contemporânea, como: Vicente, Padre José. *Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro: fundador de Moçâmedes*. Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1849, 73-77. Mas a data de publicação é efetivamente 1969, 120 anos depois: nos meados do século XIX esta editora, produto do Salazarismo, não existia! Mesmo assim, Lopes de Oliveira, baseado nessa fonte, escreve (página 164): "Documentos indicam que houve mortes já na travessia, assim como nos primeiros assentamentos, o que obrigou a Igreja a organizar desde o início seus ritos funerários. Entre os que chegaram estavam os 'pretos de Moçâmedes', esses indivíduos foram registrados pelas autoridades coloniais como 'acompanhantes' de seus senhores, mas suas trajetórias dizem uma condição de sujeição que os atravessou em dois sentidos do Atlântico". Nas páginas acima referenciadas do livro do Padre Vicente (ou em qualquer outra parte deste trabalho), não há nada relacionado com "pretos" e/ou "acompanhantes". Ver também, com problemas semelhantes: Lopes de Oliveira (2023, p. 200-202, 209, 214, 219).

<sup>36</sup> Para além de "Angola do Outro Lado do Tempo" (2012) e de *Jornal de Angola*, 9 dezembro de 2023, p. 35, ver: "A Impressionante Técnica Artística do Povo Quimbar no Namibe" (2025) e "Arte Tumular Mbali ou Mbali, Arte do Povo Quimbar" (2026).

XXI, mais do que com realidades do século XIX. Cabe, portanto, aos historiadores, sobretudo aos que trabalham com sociedades coloniais e escravistas, um rigor metodológico redobrado. Tal rigor implica não apenas a consulta exaustiva das fontes, mas também a responsabilidade de recusar explicações sedutoras quando estas não são comprováveis. Implica igualmente corrigir erros, mesmo quando estes já adquiriram ampla circulação. Só assim será possível construir uma historiografia de Angola que seja crítica, documentada e intelectualmente honesta. Mais do que um exercício de erudição, esta é uma exigência ética do ofício do historiador.

## Referências

- A IMPRESSIONANTE Técnica Artística do Povo Quimbar no Namibe. *Sala de Visita TV*, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJyYsJVO2mo>. Acesso em: 1 set. 2026.
- ABRAHÃO, Juliana D. *De filhos de mar em fora a filhos da terra*. A inserção social de degredados no Reino de Angola (Século XVIII). Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- ALMANAK Statístico da Província d'Angola e Suas Dependências para o Anno de 1852. Luanda: Imprensa do Governo, 1851.
- ALMEIDA DE SOUSA, Rosa Margarida dos Santos. *Moçamedes, 1840-1907: contribuição para o estudo da história Urbana de Angola*. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002. v. 1.
- ANGOLA do Outro Lado do Tempo. disponível em: <https://tudosobreangola.blogspot.com/2012/02/angola-nos-seculos-xvii-e-xviii-foi-uma.html>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- ANÔNIMO. *Quarenta e cinco dias em Angola*: apontamentos de viagem. Porto: Typografia de Sebastião José Pereira, 1862. Disponível em: [https://openlibrary.org/works/OL19566977W/Quarenta\\_e\\_cinco\\_dias\\_em\\_Angola](https://openlibrary.org/works/OL19566977W/Quarenta_e_cinco_dias_em_Angola). Acesso em: 1 set. 2026.
- ARQUIVOS de Angola. 1ª serie, 2/23-26, p. 106, 1949.
- ARTE Tumular Mbali ou Mbari, Arte do Povo Quimbar. Disponível em: <https://m.facebook.com/media/set/?set=a.677587725715995&type=3>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- BIRMINGHAM, David. "Carnival at Luanda". *Journal of African History*, [s. l.], v. 29, p. 93-103, 1988. Publicado em português sob o título de "O Carnaval em Luanda", *Análise Social*, Quarta Série, v. 26, n. 111, p. 417-429, 1991.
- Boletim Oficial de Angola*, n. 204, 25 ago. 1849, p. 3-4.
- Boletim Oficial de Angola*, n. 205, 1 set. 1849, p. 3-6, n. 210, 8 out. 1849, p. 2-3; n. 218, 1 dez. 1849, p. 2-3; n. 220, 15 dez. 1849, p. 3; n. 222, 29 dez. 1849, p. 3-4; n. 229, 16 fev. 1850, p. 3; n. 251, 20 jun. 1850, p. 2-3, "Resultado dos Acontecimentos que contra os Portuguezes tiveram lugar em Pernambuco...em 1848", assinado "Por um Colono": artigo subsequentemente republicado em Felner (org.), *Angola: Apontamentos II*: (doc. 45, 50, 51) p. 158-172, 178-183 e em *Arquivos de Angola* 2/23-26, p. 155-170; atribuído postumamente a Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro: *Apontamentos para a Historia da Colonização Portuguesa do Sul de Angola*: Crônicas de Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro. Moçâmedes: Tipografia Moderna, 1918.
- Boletim Oficial de Angola*, n. 245, 8 jun. 1849, p. 2, Francisco Joaquim da Costa e Silva, Secretario do Governo, para Antonio Sergio de Souza, Governador do Districto de Mossamedes, 5 de junho de 1850.
- Boletim Oficial de Angola*, n. 265, 12 dez. 1846. Ofício n. 668, p. 2.
- CANDEIAS DA SILVA, Raúl J. *Subsídios para a história da colonização do distrito de Moçâmedes durante o século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.
- CANDIDO, Mariana P. Capitalism and Africa: Revisiting *Way of Death* Thirty-Five Years after its Publication. *American Historical Review*, [s. l.], n. 127, p. 1439-1448, 2022.
- CANDIDO, Mariana P. *Fronteras de esclavización*. Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850. México: El Colegio de México, 2011. Traduzido com o título de *Fronteras de escravização: escravatura, comercio e identidade, 1780-1850*. Benguela: Imprensa da Katyavala Bwila, 2018.
- CURTO, José C. A Família Fortunato da Costa: De Portugal a Angola, via São Tomé, c. 1808 a 1859. *Afro-Ásia*, [s. l.], n. 67, p. 97-141, 2023b.
- CURTO, José C. Escravos/as e suas Ocupações em Moçâmedes, 1854-1860. *Afro-Ásia*, [s. l.], n. 71, p. 1-26, 2025b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/60709>. Acesso em: 1 set. 2026.
- CURTO, José C. Muxima (Angola) 1704: Settlers, Soldiers, Bonded Labourers and Local Potentates. *Portuguese Studies Review*, [s. l.], n. 33, p. 59-91, 2025a.
- CURTO, José C. Producing 'Liberated' Africans in mid-Nineteenth Century Angola. In: ANDERSON, Richard; LOVEJOY, Henry B. (org.). *Liberated Africans and the Abolition of the Slave Trade, 1807-1896*. Rochester: University of Rochester Press, 2020a. p. 238-256.
- CURTO, José C. 'That Abominable Practice': Child Marriage in Two Slaving Ports (Luanda and Benguela), c. 1797 – 1846. *International Journal of African Historical Studies*, [s. l.], n. 54, p. 129-147, 2021.
- CURTO, José C. The Population of the Lower Kwanza River Valley, 1792-1796. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, [s. l.], n. 12, p. 95-117, 2018.

CURTO, José C. Uma Vila Escravagista: Proprietários e seus Cativos em Moçamedes, 1855. *Revista Brasileira de História*, [s. l.], v. 43, n. 93, p. 225-269, 2023a.

CURTO, José C. Women Along the Catumbela River, 1797: Land Ownership, Agricultural Production, Labour, and Trade. *Canadian Journal of African Studies*, [s. l.], n. 54, p. 373-393, 2020b.

CURTO, José C.; DESAI, Arshad. The Early Demography of Moçamedes, Angola, 1839-1869: A Preliminary Analysis. *Revista HISTORIÆ*, [s. l.], n. 10, p. 11-32, 2019.

DELGADO, Ralph. *A Famosa e Histórica Benguela: Catálogo de governadores, 1779 a 1940*. Lisboa: Edições Cosmos, 1940.

*Diário de Pernambuco*, n. 128, 8 jun. 1850, p. 2-3, "Colônia de Mossamedes: Carta de José Leite de Albuquerque". Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/14362>. Acesso em: 1 set. 2026.

*Diário de Pernambuco*, n. 75, 2 abr. 1857, p. 1. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/14362>. Acesso em: 1 set. 2026.

FERREIRA, Roquinaldo. Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul. *Varia História*, [s. l.], n. 29, p. 679-695, 2013.

FIGUEIREDO, João. *Falling into history: a case for the restitution of Mbali tombstones and the revival of the realms of memory of the enslaved*. *Postcolonial Studies*, [s. l.], n. 26, p. 581-601, 2023.

FILENO DA SILVA, Angela. *Que eu vou na terra dos negros: circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na África*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FLORESCU, Madalina. Duplamente 'outro': Fotografia, catolicismo e luso-tropicalismo. *Portuguese Studies Review*, [s. l.], n. 26, p. 151-178, 2018.

FRANCO, Odair. *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde: Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953a.

FREYRE, Gilberto. *Em Torno de Alguns Túmulos Afro-Cristãos de uma área africana contagiada pela cultura brasileira*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959a.

FREYRE, Gilberto. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Neogravura, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959b.

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível lusotropicalologia: acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953b.

GONÇALVES, Ivan Sicca. *Apontamentos Vindos dos Sertões: negociação, comércio e trabalho nas Caravanas de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto (década de 1840)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

HOUSE OF COMMONS. United Kingdom, Parliamentary Papers, 1850. *Class A. Correspondence with the British commissioners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope, Jamaica, Loanda, and the Cape Verd Islands*; and reports from British Vice-Admiralty Courts, and from British naval officers, relating to the slave trade. From April 1, 1849, to March 31, 1850. London: Harrison and Son, 1850.

*Jornal de Angola*, 9 dez. 2023, p. 35. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao>. Acesso em: 1 set. 2026.

LIMA E SOUZA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil: 1830-1870*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA E SOUZA, Mônica. Histórias Entre Margens: Retornos de Libertos para a África Partindo do Rio de Janeiro no Século XIX. *Revista de História Comparada*, [s. l.], n. 7, p. 67-114, 2013.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 4. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/enciclopedia-brasileira-da-diaspora-africana-by-nei-lobes-z-pdf>. Acesso em: 1 set. 2026. A primeira edição desta enciclopédia foi publicada pela mesma editora em 2004: as entradas originais "Angola, república de" e "Rio de Janeiro, Imigrantes Angolanos" são exatamente as mesmas que as encontradas na 4ª edição eletrônica.

LOPES DE OLIVEIRA, Ronaldo. Entre rostos e cruzeiros: rituais fúnebres e artes tumulares quimbares-mbais de um cemitério municipal no Namibe (Angola, 1850-1900). In: MAJOR, Carlos; BRITCHA, Lai; NASCIMENTO, Washington (org.). *Brasil, Moçamedes e Mussungu Bitoto: trânsitos sociais e trocas culturais no sul de Angola*. Rio de Janeiro: FVG, 2023. p. 199-222.

LOPES DE OLIVEIRA, Ronald. *Experiências de ancestralidades e contra-arquivos: o cemitério colonial Quimbare do forte de Santa Rita e os rituais periféricos Mbali em Moçamedes, sul de Angola (c. 1857 a 1901)*. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

LÜHNING, Angela. Pierre Fatumbi Verger e sua obra. Homenagem. Nota 30. Disponível em: <https://pierre-verger.org/textos-sobre-verger/pierre-fatumbi-verger-e-sua-obra-homenagem/>. Acesso em: 1 set. 2026.

LUZ SORIANO, Simão José da. Memória sobre os sertões, e a costa ao Sul de Benguela. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque (org.). *Angola: Apontamentos Sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*. Documentos. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. v. 2, p. 76-101.

MATTA, João B. Os Sousa Botelho de Moraes e Vasconcelos de Mello de Matos e Noronha. *Raízes e Memórias*, [s. l.], n. 14, p. 13-24, 1998.

MELO JÚNIOR, Jonas Clevison Pereira de. O 'flagelo da febre reinante': a passagem da epidemia de febre amarela pelo Recife em meados do século XIX (1849-1852). *Revista Ágora*, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 1-27, 2022.

MENDONÇA TORRES, Manuel J. de. *Moçamedes: O distrito de Moçamedes nas fases da origem e da primeira organização (1485-1859)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974. v. 1.

MILLER, Joseph C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MUSEU NACIONAL DA ESCRAVATURA; INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *A abolição do tráfico e da escravidão em Angola: Legislação de 1836 a 1858: Documentos*. Luanda: Ministério da Cultura, 1997.

NASCIMENTO, Washington. *Jogo Nas Sombras - Realidades Misturadas, Estratégias De Subjetivação E Luta Anticolonial Em Angola (1901 - 1961)*. Vitória da Conquista: Edições UEBA, 2020.

NASCIMENTO, Washington. Mbali: os africanos oriundos do Brasil e a formação de um novo grupo social em Moçamedes. In: MAJOR, Carlos; BRITCHA, Lai; NASCIMENTO, Washington (org.). *Brasil, Moçamedes e Mussungu Bitoto: trânsitos sociais e trocas culturais no sul de Angola*. Rio de Janeiro: FVG, 2023. p. 119-150.

OLIVEIRA, Vanessa S. *The Donas of Luanda, c. 1773-1867: From Atlantic Slave Trading to 'Legitimate Commerce'*. Tese (Doutorado em História) – York University, New York, 2016.

SALAS, Esteban A. *Making Portuguese Colonial Governance: Slavery, Forced Labor, and Racial Ideology in the Interior from Benguela, 1760-1860*. Tese (Doutorado em História) – University of Notre Dame, Indiana, 2021.

SALAS, Esteban A. Women & Food Production Agriculture, Demography & Access to Land in Late Eighteenth-Century Catumbela. In: CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam (org.). *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880*. Woodbridge, Suffolk: James Currey, 2019. p. 55-69.

SOARES, Francisco M. A. Crioulizações internas: processos de transculturação nos Bantu angolanos. *Almanack*, [s. l.], n. 8, p. 84-103, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/h86JKyGtRKkVq4rqBxDJbrx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 set. 2026.

SUBTIL, José. O aparelho político de Luanda e Lisboa no final do Antigo Regime. In: MOTA, M. S.; ATALLAH, C. A.; DOMINGUEZ, R. C. (org.). *Cidades coloniais portuguesas: dinâmicas locais, fluxos globais (c. 1500-1900)*. Buenos Aires: Teseo, 2022. p. 127-154.

THORNTON, John K. *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press, 1966.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987. Originalmente publicado em francês em 1968.

VICENTE, José. *Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro: fundador de Moçamedes*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1969.

VIEIRA, Gérard (org.). *Le Père Duparquet: lettres et écrits*, Tome II. Paris: Karthala, 2013.

---

### José C. Curto

Senior Scholar no Departamento de História da York University (Canadá), é membro do Harriet Tubman Institute for Research on Africa and its Diasporas, da York University, integrante da Comissão Editorial da coleção «Negritudes» da Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), antigo editor associado da *Portuguese Studies Review* e co-editor da *African Economic History*, e Ex-Presidente da Lusophone Studies Association e da Canadian Association of African Studies. Premiado em 2024 pela Canadian Association of African Studies por suas contribuições, suas publicações centram-se no comércio de álcool e de escravos, na demografia histórica e na escravidão em Angola: as mais recentes incluem "Escravos/as e suas Ocupações em Moçamedes, 1854-1860", *Afro-Ásia* 71 (2025): 1-26, e "Muxima (Angola) 1704: Settlers, Soldiers, Bonded Labourers and Local Potentates", *Portuguese Studies Review* 33 (2025): 59-91.

---

### Endereço para correspondência

[jccurto@yorku.ca](mailto:jccurto@yorku.ca)

### Como citar este artigo

Curto, J. C. Problemas na Escrita da História de Angola: O caso dos escravos abasileirados em Moçamedes nos meados do século XIX. *Veritas* (Porto Alegre), e50045. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2026.1.50045>

*Os textos deste artigo foram normatizados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*